



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90008/2024

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Rio Grande do Sul – Core-RS, por meio do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, sediado na Av. José de Alencar, 1121 - Menino Deus - Porto Alegre – RS - Cep: 90.880-480, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 28/06/2024

Modo de Disputa: Aberto e Fechado

Horário: 09h30

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

UASG: 926560

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente certame é a aquisição de licenças e serviços de informática para 2024 conforme definições, especificações e quantidades descritas nos respectivos itens. Que são: Item 1: aquisição de seguro de equipamento de TI, por empresa especializada, de seguro total contra avarias, perda, roubo, furto e riscos diversos para equipamentos de TI do Core-RS. Item 2: aquisição de 10 licenças corporativa de Antivírus em cloud, pelo período de 12 (doze) meses, para a proteção de novos equipamentos adquiridos pelo Core-RS. Item 3: a aquisição de 10 (dez) licenças Microsoft Office 2019 Standard, conforme condições, quantidades, especificações e exigências contidas neste Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação, **para os itens 2 e 3**, exclusivamente, Microempresas (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) interessadas, nos termos dos artigos 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/06, com alteração dada pela Lei Complementar nº 147/14, que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas neste edital e seus anexos, bem assim que estejam regularmente credenciados perante o Sistema eletrônico provido pelo Ministério da Economia, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br. **Para o item 1, a licitação será de ampla concorrência.**

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do



edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento



adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os



documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



4.1.1 Valor **GLOBAL** para o item que está concorrendo.

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação,



quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

5.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor total.

5.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.11.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,50 (cinquenta centavos)**.

5.12. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.13. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a



sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.15.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.15.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.15.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.15.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.15.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.16.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.16, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.16.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



5.16.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.16.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.16.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.16.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.17. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.20. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.23.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



5.23.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.23.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.25.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.25.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.25.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.25.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.26. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.26.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.26.2. empresas brasileiras;

5.26.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.26.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



5.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.28. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.29. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.30. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.31. A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.32. É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.33. Após a negociação do preço, o Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº



3/2018, art. 29, *caput*)

6.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício.

6.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.10.1. conter vícios insanáveis;

6.10.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.10.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.10.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.11 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.11.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:

6.11.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.11.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.11.1.3. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme



disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada

6.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.



7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital contendo a extensão zip ou pdf, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da pregoeira.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.core-rs.org.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeira/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.



9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **20 (vinte) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e



intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail compras@core-rs.org.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a



realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.core-rs.org.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO III – Forma de Apresentação da Proposta

ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

Porto Alegre, 14 de junho de 2024.

Paulo Henrique Rocha da Costa
Agente de Contratação/Pregoeiro



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

LICENÇAS E SEGUROS

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente certame é a aquisição de licenças e serviços de informática para 2024 conforme definições, especificações e quantidades descritas nos respectivos itens. Que são: Item 1: aquisição de seguro de equipamento de TI, por empresa especializada, de seguro total contra avarias, perda, roubo, furto e riscos diversos para equipamentos de TI do Core-RS. Item 2: aquisição de 10 licenças corporativa de Antivírus em cloud, pelo período de 12 (doze) meses, para a proteção de novos equipamentos adquiridos pelo Core-RS. Item 3: a aquisição de 10 (dez) licenças Microsoft Office 2019 Standard, conforme condições, quantidades, especificações e exigências contidas neste Termo de Referência.

Item	Especificação	Catser	Quantidade (unidade de medida)	Valor Unitário	Valor Total
1	Seguros para Equipamentos		Serviço	R\$	R\$
2	Licenças corporativas de antivírus em cloud		10	R\$	R\$
3	Licenças Microsoft 365 Business Standard		10	R\$	R\$

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Para consecução das atividades do Core-RS e para o cumprimento de suas funções, faz-se necessário a continuidade de disponibilidade, segurança, confiabilidade e resiliência do ambiente de TI (Tecnologia da informação). A contratação do seguro visa garantir a proteção e resiliência do ambiente, capaz de cobrir despesas necessárias e imediatas em um evento adverso não esperado. Assim, no caso de uma ausência repentina ou da perda de bens, será prontamente coberto pelo seguro contratado, reduzindo e mitigando os impactos de um sinistro. Já as contratações de licenças de antivírus e office 365 visam ampliar a capacidade ampliação do ambiente do CoreRS demandada pela abertura de concurso público, mantendo assim a eficiência e disponibilidade de recursos para novas contratações e aquisições.

3. BENEFICIÁRIOS

3.1. São beneficiários da contratação ou da aquisição os funcionários Core-RS para a realização dos serviços habituais da entidade.



4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Item	Descrição	Quantidade (unidade)	Dotação Orçamentária
1	Seguro de equipamentos	Serviço	Seguro de Bens Móveis - 6.2.2.1.1.01.04.04.023
2	Kaspersky Endpoint Security Cloud Plus	10	Assinaturas - 6.2.2.1.1.01.04.04.039
3	Microsoft 365 Business Standard	10	Assinaturas - 6.2.2.1.1.01.04.04.039

5. DOS ITENS

5.1. ITEM 1: SEGURO EQUIPAMENTOS DE TI

5.1.1. DO FORNECIMENTO

5.1.2. A vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de início da vigência da apólice.

5.1.3. O valor da franquia não poderá ser superior a 15% do valor do equipamento.

5.1.4. A entrega da apólice deverá ser feita na sede atual do Core-RS, Avenida José de Alencar 1121, Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS.

5.1.5. A contratada deverá segurar todo equipamento novo adquirido pelo Core-RS até o limite de 15% superior ao exposto nas tabelas deste edital, sem considerar as ampliações já previstas na lei 14.333/2021. Devendo à CONTRATANTE comunicar a adição de equipamentos à CONTRATADA. Bem como deve ser permitido o upgrade de equipamentos, dentro desse limite estipulado.

5.1.6. O prazo máximo para as indenizações de eventuais sinistros com equipamentos não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

5.1.7. A CONTRATADA deverá fornecer inventário completo dos bens cobertos pela apólice, contendo as seguintes informações, se aplicável: Quantidade, marca, modelo, descrição, versão, ano de fabricação, número de série, licença, chave do produto, valor original, valor da franquia, valor do limite máximo de indenização da cobertura contratada e prazo de cobertura;

5.1.8. A proposta deverá especificar o valor da importância segurada, bem como a Seguradora se compromete a emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da assinatura do contrato.

5.1.9. DOS NÍVEIS DE SERVIÇO



5.1.10. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE um e-mail e um número de telefone local ou gratuito (0800 ou similar) ou WhatsApp 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, para atendimento e aviso de sinistro, assim como solicitações e dúvidas.

5.1.11. Para cada atendimento do item acima deverá ser fornecido um número de protocolo para acompanhamento do trâmite;

5.1.12. O prazo do início do atendimento de problemas que envolvam a parada total ou parcial do ambiente de TI do Core-RS, que prejudique as atividades do Conselho ou de seus colaboradores, deverá ocorrer em até 1 (uma) hora;

5.1.13. O prazo do início do atendimento de problemas que envolvam a para parcial do ambiente de TI do Core-RS, mas que não prejudique as atividades do Conselho, deverá ocorrer em até 4 (quatro) horas corridas;

5.1.14. O prazo de atendimento para esclarecimentos de dúvidas deverá ser de até 2 (dois) dias úteis;

5.1.15. DOS RISCOS A SEREM COBERTOS

5.1.16. DAS AVARIAS - CASOS DE ACIDENTE, IMPACTO OU DANOS EM GERAL

5.1.17. Danos Elétricos

5.1.17.1. Garantir a cobertura completa dos danos ao equipamento e seus acessórios em decorrência de oscilações e descargas elétricas de energia, além de curtos-circuitos que afetem o equipamento.

5.1.18. Danos por água ou líquido

5.1.18.1. Garantir a cobertura completa os danos ao equipamento e seus acessórios, ocasionados por água ou qualquer substância líquida ou pastosa que venha a danificar o equipamento.

5.1.19. Danos externos

5.1.19.1. Garantir a cobertura completa de danos por incêndio, queda de raio, explosão, impacto de outros objetos e quaisquer acidentes decorrentes de origem externa.

5.1.20. Danos diretos

5.1.20.1. Garantir a cobertura completa devido a ocorrência de queda, quebra, amassamento ou similares.

5.1.21. Demais danos não taxados

5.1.21.1. Garantir a cobertura completa de todo e qualquer dano oriundo de um ato involuntário ou acidental, que provoque qualquer dano ao equipamento ou seus acessórios listados.



5.1.22. CASO DE ROUBO, TENTATIVA DE ROUBO E FURTO

5.1.22.1. Garante a cobertura completa em caso de roubo, furto ou tentativa de subtração do equipamento segurado, sob qualquer forma, inclusive os danos causados aos bens cobertos durante a prática da tentativa de roubo ou furto qualificado, quer o evento se tenha consumado, quer se tenha caracterizado a simples tentativa.

5.1.23. O seguro deve contemplar, ainda:

5.1.23.1. Cobertura em todas as localidades do País, assim como durante o deslocamento dos bens segurados.

5.1.23.2. Em caso de não ser possível o reparo, a seguradora deverá indenizar o valor integral do bem, conforme Nota Fiscal apresentada pela entidade;

5.1.24. DOS RISCOS NÃO COBERTOS

5.1.24.1. Não estarão cobertos pela apólice, danos ou perdas causados ou decorrentes diretamente ou indiretamente de:

5.1.24.2. Furto simples, ou seja, o simples desaparecimento, estelionato;

5.1.24.3. Defeitos de fabricação, má qualidade, erro de projeto, desgaste natural causado pelo uso, deterioração gradativa, vício próprio, ou quaisquer outros danos por falta de manutenção;

5.1.24.4. Dolo e má-fé da CONTRATANTE;

5.1.24.5. Bens que não estejam constando no item 1.7 deste termo.

5.1.25. DA APOLICE

5.1.26. O custo da apólice deverá estar incluso na proposta.;

5.1.27. A apólice deve conter, no mínimo, os seguintes elementos:

5.1.28. Indicação das coberturas e assistências da apólice;

5.1.29. O valor do prêmio total;

5.1.30. A discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado poderá estar incluso nas condições gerais do seguro, desde que devidamente detalhados.

5.1.31. A informação de que o prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, a contar da entrega da documentação completa necessária para esta finalidade.

5.1.32. A entrega da apólice deverá ser feita na sede do Core-RS, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.



5.1.33. Para a emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correções de dados o prazo será de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do pedido expresso do Core-RS;

5.1.34. O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste Termo de Referência, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei.

5.1.35. Quaisquer alterações na apólice poderão ser solicitadas pelo Core-RS e processadas pela seguradora, mediante endosso, nos limites de alteração contratual, para acréscimos e supressões, previstos na Lei n. Lei 14.133.

5.1.36. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso do Core-RS.

5.1.37. DOS BENS A SEREM SEGURADOS

5.1.38. A seguradora deverá ressarcir o segurado no limite previsto e em conformidade aos critérios definidos neste edital.

5.1.39. Danos físicos– Caso ocorra o sinistro, o Core-RS poderá encaminhar o bem assegurado a uma autorizada do fabricante do equipamento em Porto Alegre. Nesse caso, a seguradora arcará com o valor do reparo até o limite previsto neste documento, após o pagamento da respectiva franquia e a realização do serviço. Caso o equipamento tenha sofrido perda total a seguradora arcará com o valor integral do bem, ou seja, o valor máximo.

5.1.40. Subtração de bens (roubo ou furto) - Caso ocorra o sinistro, o Core-RS encaminhará o Boletim de Ocorrência com as informações necessárias para abertura do sinistro. Nesse caso, a seguradora arcará com o valor integral do bem, ou seja, o valor máximo.

5.1.41. Danos elétricos - Caso ocorra o sinistro, o Core-RS encaminhará o bem assegurado a uma autorizada do fabricante do equipamento em Porto Alegre. Nesse caso, a seguradora arcará com o valor do reparo até o limite previsto acima, após o pagamento da respectiva franquia e a realização do serviço. Caso o equipamento tenha sofrido perda total a seguradora arcará com o valor integral do bem, ou seja, o valor máximo.

5.1.42. Danos por água/líquido - Caso ocorra o sinistro, o Core-RS encaminhará o bem assegurado a uma autorizada do fabricante do equipamento em Porto Alegre. Nesse caso, a seguradora arcará com o valor do reparo até o limite previsto acima, após o pagamento da respectiva franquia e a realização do serviço. Caso o equipamento tenha sofrido perda total a seguradora arcará com o valor integral do bem, ou seja, o valor máximo.

5.1.43. Tabela de Equipamentos



RACK's							
ID	Equipamento	Modelo	Quantidade	Final da Garantia	Data de Aquisição	Valor Unitário da Aquisição	Valor Total
1	SERVIDOR	Dell PowerEdge R740	1	11/03/2025	20/04/2019	R\$ 92.608,20	R\$ 92.608,20
2	SERVIDOR	Dell PowerEdge R741	1	11/03/2025	20/04/2019	R\$ 86.456,04	R\$ 86.456,04
3	SERVIDOR	Dell PowerEdge R742	1	11/03/2025	20/04/2019	R\$ 84.141,94	R\$ 84.141,94
4	STORAGE	Dell PowerEdge R743	1	01/12/2024	04/12/2018	R\$ 96.493,82	R\$ 96.493,82
5	Meraki Wifi	Meraki MR44 Wi-Fi 6 Indoor AP	5	18/05/2024	18/05/2023	R\$ 8.181,49	R\$ 40.907,45
6	Meraki Wifi	Meraki MR36 Wi-Fi 6 Indoor AP	8	05/09/2026	05/09/2023	R\$ 5.846,03	R\$ 46.768,24
7	Switch	Meraki MS225- 48	2	12/09/2026	12/09/2023	R\$ 40.679,03	R\$ 81.358,06
8	Switch	Meraki MS125- 48LP	4	05/09/2026	05/09/2023	R\$ 33.072,12	R\$ 132.288,48
9	Switch	Meraki MS125- 24P	2	05/09/2026	05/09/2023	R\$ 31.327,42	R\$ 62.654,84

NOTEBOOKS							
ID	Equipamento	Modelo	Quantidade	Final da Garantia	Data de Aquisição	Valor Unitário da Aquisição	Valor Total
10	Notebook	Lenovo V310	2	Sem Garantia	21/08/2017	R\$ 4.348,39	R\$ 8.696,78
11	Notebook	Dell Latitude 3480	5	Sem Garantia	04/09/2018	R\$ 7.060,00	R\$ 35.300,00
12	Notebook	Dell Inspiron 3501	2	Sem Garantia	20/12/2021	R\$ 8.116,00	R\$ 16.232,00
13	Notebook	Lenovo E490 20N9	1	Sem Garantia	23/04/2020	R\$ 6.599,00	R\$ 6.599,00
14	Notebook	Lenovo B330 81M1	3	Sem Garantia	23/04/2020	R\$ 3.499,00	R\$ 10.497,00
15	Notebook	Lenovo B330 15LKB	4	Sem Garantia	23/09/2020	R\$ 3.685,00	R\$ 14.740,00
16	Notebook	Lenovo 20RB	1	Sem Garantia	27/09/2020	R\$ 9.593,00	R\$ 9.593,00
17	Notebook	HP 240 G7	2	Sem Garantia	10/04/2021	R\$ 5.159,00	R\$ 10.318,00



18	Notebook	Vaio VJFE42F11 X	5	Sem Garantia	16/08/2021	R\$ 5.257,10	R\$ 26.285,50
----	----------	------------------------	---	-----------------	------------	--------------	---------------

TABLETS							
ID	Equipamento	Modelo	Quantidade	Final da Garantia	Data de Aquisição	Valor Unitário da Aquisição	Valor Total
1	Tablet	Samsung S6 Tab Lite	3	Sem Garantia	20/12/2021	R\$ 2.877,00	R\$ 8.631,00

5.2. ITEM 2: ANTIVIRUS CORPORATIVO

5.2.1. DESCRIÇÃO

5.2.2. A CONTRATADA deverá fornecer 10 licenças corporativa do Kaspersky Endpoint Security Cloud Plus pelo período de 12 meses. Licença já instalada e existente no Core-RS. A licença solicitada deve ser do antivírus corporativo atualmente em funcionamento no CORE/RS, com licenças ativas até 2025 de forma a ampliar recurso já existente e em produção.

5.2.3. JUSTIFICATIVA

5.2.4. Tal situação se faz necessária para que seja dada continuidade no serviço de proteção contra ameaças virtuais no Conselho, a fim de proteger dados, programas, arquivos e toda infraestrutura do CORE/RS. Essas ameaças podem causar desde a perda de informações institucionais em um computador até a queda de sistemas complexos. Há mais de 60 mil vírus diferentes conhecidos e cerca de 300 novos vírus surgem todo mês. É necessário não só um antivírus, mas um antivírus que seja constantemente atualizado para imunizar o parque tecnológico do CORE/RS contra as ameaças mais recentes.

5.2.5. ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO

5.2.6. As licenças deverão ser disponibilizadas no console administrativo do Kaspersky Business HUB associado ao Core-RS, através do e-mail informatica@core-rs.org.br.

5.2.7. Deve oferecer uma solução única para todas as necessidades de segurança de TI.

5.2.8. Garantir que o Core-RS esteja funcionando perfeitamente enquanto a solução bloqueia ransomwares, malwares sem arquivos, ataques de dia zero e outras ameaças emergentes.

5.2.9. Possuir abordagem em nuvem que permite aos usuários trabalharem protegidos em qualquer dispositivo, colaborando online com segurança, no trabalho ou em casa, em escritórios remotos e em trânsito.

5.2.10. Console baseado em nuvem que possibilite que a segurança possa ser gerenciada de qualquer lugar, a qualquer momento.

5.2.11. A solução Cloud deve promover a adoção segura de nuvem, com recurso de Shadow IT Discovery e proteção para o Microsoft Office 365.

5.2.12. A solução de segurança deve proteger desktops, servidores, dispositivos Mac OS,



celulares iOS e Android e até mesmo Microsoft Office 365.

5.2.13. A contratada deverá realizar toda a implementação, inclusive agentes de endpoint.

5.2.14. A prevenção de ameaças e da reversão de atividades maliciosas deve ser automática

5.2.15. Deve possuir ferramenta de cibersegurança de nível corporativo de Endpoint Detection and Response.

5.2.16. Deve possuir abordagem que proporcione visibilidade sobre incidentes, ferramentas de investigação simplificadas e uma resposta descomplicada para detectar ameaças, revelar a extensão do incidente e suas origens, assim como ajudar no combate em tempo hábil.

5.2.17. A solução deve permitir que às equipes de TI executem análises de causa raiz com informações de kill-chain, formatadas e detalhadas para cada objeto detectado.

5.2.18. Deve garantir proteção de qualquer lugar, independentemente da localização, abrangendo dispositivos na empresa e equipamentos em home office, mantendo todo o tudo protegido, através de um console baseado em nuvem. A solução deve proteger unidades geograficamente separadas.

5.2.19. A solução deve oferecer a possibilidade de ativação da criptografia remota para garantir que os dados corporativos estejam seguros, mesmo se um dispositivo for perdido ou roubado.

5.2.20. A solução deve possuir um conjunto de recursos de gerenciamento de dispositivos que garanta que os dispositivos ou equipamentos em home office estejam sob controle e gerenciamento.

5.2.21. O através do recurso de Shadow IT deve ser garantido o controle da infraestrutura, com a possibilidade de restringir serviços de nuvem não sancionados ou usuários específicos na rede para evitar violações de dados.

5.2.22. Deve ser possível a ativação da colaboração e comunicação seguras no Microsoft Office 365 - proteção para todos os principais aplicativos já está incluídas na Solução Corporativa de Antivírus em cloud.

5.2.23. Deve permitir a visibilidade dos dados nuvem no Microsoft 365 para atender à conformidade, através da auditoria contínua dos dados na nuvem por uma solução Data Discovery.

5.2.24. O direito de uso das licenças dos softwares é permanente, contemplando o direito de atualização das versões, as atualizações das bases de dados (lista de vírus e vacinas).

5.2.25. Possibilidade de proteção em servidores, estações de trabalho, inclusive máquinas virtualizadas, via dashboard de gerenciamento, com opção de remoção de soluções antivírus previamente instaladas.

5.2.26. Deve possuir as seguintes características:

5.2.26.1. Proteção contra malware, incluindo vírus, trojans e worms;



- 5.2.26.2. Proteção contra ransomware;
- 5.2.26.3. Proteção contra ameaças de dia zero (zero-day);
- 5.2.26.4. Proteção Web, com verificação de sites e de downloads contra malwares, utilizando filtro URL;
- 5.2.26.5. Proteção de e-mail;
- 5.2.26.6. Firewall gerenciado, com filtragem de pacotes e de aplicativos;
- 5.2.26.7. IDS (Intrusion Detection System);
- 5.2.26.8. Proteção via EDR (Endpoint Detection and Response), capaz de identificar ameaças e comportamentos suspeitos;
- 5.2.26.9. Autoproteção contra-ataques aos serviços/processos da solução de antivírus;
- 5.2.26.10. Proteção baseada em tecnologia de machine learning;
- 5.2.26.11. Gerenciamento de vulnerabilidade de sistemas operacionais;
- 5.2.26.12. Capacidade de integração com sistemas SIEM externos;
- 5.2.26.13. Capacidade de gerenciamento de patches de segurança;
- 5.2.26.14. Capacidade de detecção de presença de antivírus de outro fabricante que possa causar incompatibilidade;
- 5.2.26.15. Capacidade de adicionar pastas/arquivos para uma zona de exclusão, a fim de excluí-los da verificação;
- 5.2.26.16. Capacidade de adicionar aplicativos a uma lista de “aplicativos confiáveis”;
- 5.2.26.17. Capacidade de verificar objetos usando heurística;
- 5.2.26.18. Capacidade de verificar tráfego SSL nos browsers mais utilizados no mercado;
- 5.2.26.19. Possibilidade de adicionar sites da web em uma lista de exclusão;
- 5.2.26.20. Capacidade de analisar as ações de cada aplicação em execução no endpoint, gravando as ações executadas e comparando-as com sequências características de atividades perigosas;
- 5.2.26.21. Capacidade de analisar qualquer tentativa de edição, exclusão ou gravação do registro do Windows;
- 5.2.26.22. Capacidade de analisar dispositivos externos de armazenamento externo removível;
- 5.2.26.23. Capacidade de bloquear execução de aplicativo por blacklist ou por outro modo efetivo;
- 5.2.26.24. Proteção da desinstalação por senha;
- 5.2.26.25. Capacidade de desativar temporariamente funcionalidades da solução, quando necessário para efeitos de suporte, localmente, mas protegida com senha;



5.2.26.26. Capacidade de pesquisar novos endpoints na rede e criar políticas de instalação da solução;

5.2.26.27. Gerenciar o envio de alertas;

5.2.26.28. Opção de criar contas com perfis de administração, funções e monitorização;

5.2.26.29. Capacidade de exibir informação de utilização de recursos dos endpoint: CPU, memória, disco, entre outros;

5.2.26.30. Capacidade de exibir informação sobre os softwares instalados nos endpoints;

5.2.26.31. Deve possuir firewall para endpoints gerenciado a partir da console, com filtragem de pacotes e de aplicativos;

5.2.26.32. Capacidade de efetuar instalação remota e imediata em equipamentos desprotegidos;

5.2.26.33. O agente instalado na máquina cliente deverá ser único, de modo a atender todas as funcionalidades, não sendo permitido o uso de agentes simultâneos;

5.2.26.34. Deve possuir criptografia de dados com gerenciamento centralizado;

5.2.26.35. Capacidade de Tcriptografar completamente o disco rígido de Endpoints Windows;

5.2.26.36. Deve permitir que os administradores atribuam configurações de criptografia;

5.2.26.37. Deve fornecer visibilidade global dos endpoints compatíveis com o recurso de criptografia;

5.2.27. DA ENTREGA E DO FORNECIMENTO

5.2.28. Todos os recursos e componentes deste documento deverão ser entregues, instalados e estar funcionando em perfeita simultaneidade;

5.2.29. A entrega da solução deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias úteis após a solicitação realizada pelo Core-RS a contar da assinatura de contrato firmado, a solicitação deve ser feita por e-mail que será disponibilizado pela contratada.

5.2.30. A contratada entregará, ao final, toda a documentação de instalação da solução, incluindo os detalhes de configuração utilizados e diagrama topológico da solução final implementada. A documentação deverá prover um nível de informação suficiente para que um técnico possa entender e refazer as configurações do sistema;

5.2.31. A contratada deverá fornecer cronograma de instalação, configuração, testes e ativação, observados os prazos estabelecidos neste documento;

5.2.32. A contratada deverá fornecer inventário completo de licenças e software instalados e aplicados, com os seguintes itens, se aplicável: Quantidade, descrição, versão, data de fornecimento, data de vencimento, número de série, licença, chave do produto, dispositivos em que foram instalados;

5.2.33. GARANTIA DE FUNCIONAMENTO E NÍVEIS DE SERVIÇO

5.2.34. A contratada deverá garantir a completa interoperabilidade e compatibilidade da



solução;

5.2.35. A contratada deverá garantir a funcionalidade “fim-a-fim” da solução, a plena interconexão com o ambiente, tendo para tanto efetuado os testes necessários, garantindo a total operacionalização ao final da implementação.

5.2.36. É responsabilidade da contratada a correção das falhas decorrentes de erros durante as atividades de instalação, sejam operacionais ou por problemas de mau funcionamento da solução, responsabilizando-se por todos os custos envolvidos na correção dos desvios, sejam de interoperabilidade, incompatibilidade ou quaisquer outras falhas que impeçam a instalação ou o perfeito funcionamento da solução solicitada neste termo;

5.2.37. A contratada arcará com todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, sendo quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos da proposta ou incorretamente cotadas, serão considerados inclusos nos preços, não podendo ser cogitado pleito de acréscimo, a esse ou qualquer título devendo o objeto ser fornecido sem ônus adicional.

5.2.38. A contratada deverá garantir, sem quaisquer custos adicionais, atualizações de versão de software instalados, inclusive releases dentro de uma mesma versão, pelo prazo em que perdurar a licença, contados a partir da data de emissão do Termo de Aceite;

5.2.39. O Termo de Aceite será expedido pela contratante e assinado pela contratada, assim que toda a solução, configurações, programações, instalações e afins estiverem em pleno funcionamento após as realizações de testes.

5.3. ITEM 3: MICROSOFT 365 BUSINESS STANDARD

5.3.1. DESCRIÇÃO

5.3.2. A CONTRATADA deverá fornecer 10 (dez) licenças Microsoft 365 Business Standard, conforme condições, especificações e exigências contidas neste Termo de Referência. A licença solicitada deve ser idêntica a atualmente em funcionamento no Core-RS para perfeito funcionamento do ambiente, que conta com contrato ativo até 2026, as licenças destinam-se a ampliar recurso já existente e em produção.

5.3.3. JUSTIFICATIVA

5.3.4. Tal situação se faz necessária para que seja possível a ampliação de recursos de escritório para a execução de tarefas cotidianas da entidade, devido a nova demanda de novos equipamentos e de pessoal.

5.3.5. ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO

5.3.6. As licenças deverão ser disponibilizadas no console administrativo do Microsoft 365 Business Standard associado ao Core-RS, através do e-mail informatica@core-rs.org.br.

5.3.7. DO FORNECIMENTO

5.3.8. Além da disponibilidade no console de gerenciamento, as licenças deverão estar disponibilizadas no portal de licenciamento da Microsoft, Volume Licensing Service



Center (VLSC), para acesso do CONTRATANTE, na conta registrada através do e-mail informartica@core-rs.com.br indicado pela CONTRATANTE.

5.3.9. Todas as licenças necessárias devem estar incluídas no fornecimento da solução, devendo possuir validade mínima de 12 (doze) meses;

5.3.10. Todos os recursos deverão ser implementados e estarem funcionando em perfeita simultaneidade;

5.3.11. Suíte de escritório Microsoft Office contendo Word, Excel, PowerPoint, Outlook, Publisher, Access, Skype for Business e OneNote. De acordo ao já existente no Core-RS.

6. DA VISITA TÉCNICA

6.1. Tendo em vista o objeto, não será necessária a realização de visita técnica.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O serviço será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.



7.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8.1. o prazo de validade;

7.8.2. a data da emissão;

7.8.3. os dados da Ordem de Compra/Serviço e do órgão contratante;

7.8.4. o período respectivo de execução da contratação;

7.8.5. o valor a pagar; e

7.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados



normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do objeto, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.2. O fiscal acompanhará a execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

8.3. O fiscal anotar no histórico de gerenciamento do objeto todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

8.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

8.5. O fiscal informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou



adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

8.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do objeto nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

8.7. O fiscal comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término da contratação sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação, se for o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

9.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

9.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a



correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

9.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

9.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

9.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

9.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

9.9. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

9.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

9.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

9.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

9.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).



9.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

9.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

9.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA PARA CADA ITEM

10.1. Os objetos deverão ser entregues, sem nenhum custo adicional, na sede do Core-RS: Avenida José de Alencar 1121, Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS ou por e-mail fornecido pela contratante, quando for o caso.

10.2. O fornecimento de cada item deste Termo deverá ocorrer em uma única entrega;

10.3. O prazo de entrega é de, no máximo 30, (trinta) dias úteis após homologação do certame;

10.4. As licenças dos itens 2 e 3 serão consideradas entregues quando todas estiverem devidamente instaladas e em produção, de acordo com os requisitos deste edital;

10.5. A CONTRATADA de cada item deverá disponibilizar pelo menos uma linha telefônica a custo de ligação local, um e-mail e um WhatsApp, para solicitações de entrega, feedback, solicitação de suporte de garantia e atendimento;

10.6. A CONTRATADA do item 1 deverá apresentar proposta com o valor da importância segura;

10.7. A CONTRATADA do item 1 deverá emitir a apólice de seguro no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato;

10.8. A CONTRATADA do item 1 deverá providenciar a regulação do sinistro porventura ocorrido, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após comunicação oficial do Core-RS;

10.9. A CONTRATADA do item 1 deverá enviar um representante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para atender aos chamados do Core-RS, sempre que se fizer necessário à ocasião;



10.10. A CONTRATADA do item 1 deverá adotar as providências necessárias ao pagamento da indenização devida em dois dias úteis, após a entrega por parte da CONTRATANTE de todos os documentos comprobatórios da ocorrência do sinistro;

10.11. A CONTRATADA do item 1 deverá manter durante toda a vigência da apólice, todas as condições de habilitação exigidas, no tocante a documentação exigida por lei e enviar mensalmente ao Core-RS todos os documentos comprobatórios de sua regularidade administrativa e trabalhista;

10.12. A CONTRATADA do item 1 deverá aceitar quaisquer medidas legais do governo federal, publicadas em imprensa oficial (DOU – Diário Oficial da União), que possam afetar as cláusulas deste contrato, tais como: Emendas à Constituição, Leis Complementares, Medidas Provisórias, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Decretos Legislativos, Decretos, Instruções Normativas com força de lei da Secretaria da Receita Federal – SRF, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Secretaria Federal de Controle – SFC, Delegacia do Tesouro Nacional – DTN, Secretaria de Administração e Patrimônio, Instruções Normativas e Decisões do Tribunal de Contas da União – TCU, ou Instrução Normativa de qualquer outro órgão oficial que venha a ser criado ou que substitua um já existente;

10.13. A CONTRATADA do item 1 deverá manter na praça da cidade de Porto Alegre, sede, ou filial ou representante legal da empresa;

10.14. A CONTRATADA do item 1 permanecerá como única e total responsável perante o Core-RS, pela cobertura do seguro contratado, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regulação dos sinistros porventura ocorridos e quanto ao pagamento da indenização devida.

10.15. A CONTRATADA do item 1 deverá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, visto que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

10.16. A CONTRATADA do item 1 deverá relatar à fiscalização do contrato toda e qualquer irregularidade ou impossibilidade observada quanto à execução dos serviços objeto da contratação;

10.17. A CONTRATADA do item 1 deverá responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços prestados;

10.18. A CONTRATADA do item 1 deverá responder pelos seus compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução dos serviços em questão, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus atos, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

10.19. A CONTRATADA de cada item não poderá subcontratar a prestação dos serviços objeto deste processo, sem a anuência prévia do CONTRATANTE;



10.20. A CONTRATADA de cada item deverá comprometer-se a manter sigilo dos dados fornecidos pelo CONTRATANTE, para a execução dos serviços, não utilizando de tais informações confidenciais em proveito próprio ou alheio.

10.21. A CONTRATADA de cada item deverá informar ao Core-RS eventual fusão, cisão ou incorporação e obter o consentimento prévio e por escrito do Core-RS para a continuidade da prestação do serviço ou fornecimento, o qual dependerá:

10.21.1. da verificação de que a pessoa jurídica resultante preenche os requisitos de habilitação exigidos na licitação;

10.21.2. da manutenção das condições originais da contratação; e

10.21.3. da constatação de que a modificação da estrutura da empresa não afetará a boa execução do contrato ou fornecimento, nem ocasionará qualquer prejuízo;

10.22. As CONTRATADAS dos itens 2 e 3 deverão realizar qual qualquer procedimento prévio para a implementação da solução no ambiente da contratante de modo a não haver incompatibilidade na aplicação das licenças.

10.23. As CONTRATADAS dos itens 2 e 3 deverão realizar qualquer atividade necessária para que a solução seja corretamente implementada;

10.24. O serviço dos itens 2 e 3 só serão considerados finalizados após toda a solução descrita nesse Termo de Referência estiver em perfeito funcionamento;

10.25. As CONTRATADAS de todos os itens deverão responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.26. As CONTRATADAS de todos os itens deverão manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, se for o caso;

10.27. As CONTRATADAS de todos os itens deverão reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos recursos empregados, se for o caso;

10.28. As CONTRATADAS de todos os itens deverão relatar à contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do período de contrato, se for o caso.

10.29. As CONTRATADAS de todos os itens deverão guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto,



colocando-se à disposição para dirimir dúvidas e prestar quaisquer esclarecimentos necessários.

11.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, por meio de fiscal nomeado para este fim.

11.3. Relacionar-se com a empresa Contratada, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada.

11.4. Adotar todas as providências necessárias à viabilização dos serviços contratados.

11.5. Solicitar à empresa Contratada, por escrito, as providências que impliquem na alteração dos serviços, desde que não modifiquem as características principais dos serviços e que estejam inseridas no escopo definido e pactuado.

11.6. Notificar à empresa Contratada por escrito da ocorrência de quaisquer imperfeições, anormalidades, falhas ou problemas que ocorram na prestação dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.7. Atestar a Nota Fiscal por meio do fiscal da contratação e efetivar o respectivo pagamento, por intermédio do setor competente, desde que o objeto tenha sido prestado conforme estabelecido, informando à empresa Contratada qualquer anormalidade verificada.

11.8. A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, além do pagamento de tributos, tarifas, emolumentos etc., decorrentes da execução do objeto, cujo cumprimento e responsabilidades caberão, exclusivamente, à empresa Contratada.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

13. DA GARANTIA

13.1. Não haverá exigência da garantia da contratação de acordo com artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14. FORMA E CRITÉRIOS DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.



14.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar, quando for o caso, os seguintes requisitos:

14.3. Habilitação Jurídica

14.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

14.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

14.3.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.3.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.3.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.3.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.3.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

14.3.8. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

14.3.9. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que



comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

14.3.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

14.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.4.5. do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.4.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.4.7. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.4.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.4.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos



cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.5. Qualificação Econômico-Financeira

14.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

14.5.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social exigível e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

14.5.3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

14.5.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

14.5.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

14.6. Qualificação Técnica

14.6.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.6.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a



apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

14.6.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.6.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.5.5. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

14.5.6. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

14.5.7. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. DA VIGÊNCIA

16.1. O prazo de vigência da contratação (referente ao Item 1) é de 12 meses contados da celebração contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Poderá ser prorrogado por igual período o contrato conforme consta no art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. DO REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA). (Referente ao Item 1).



17.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA.

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeira/a durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

18.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

18.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

18.1.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



18.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

18.1.5. fraudar a licitação

18.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

18.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

18.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. advertência;

18.2.2. multa;

18.2.3. impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

18.3.2. as peculiaridades do caso concreto

18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do



contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **20 (vinte) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

18.4.1. Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

18.4.2. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

18.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias



úteis, contado do recebimento dos autos.

18.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



ANEXO II

Estudo Técnico Preliminar

Processo Administrativo 018/2024

Pregão Eletrônico nº. 90008/2024

1. Informações Básicas

1.1. O objeto do presente certame é a aquisição de licenças e serviços de informática para 2024 conforme definições, especificações e quantidades descritas nos respectivos itens. Que são: Item 1: aquisição de seguro de equipamento de TI, por empresa especializada, de seguro total contra avarias, perda, roubo, furto e riscos diversos para equipamentos de TI do Core-RS. Item 2: aquisição de 10 licenças corporativa de Antivírus em cloud, pelo período de 12 (doze) meses, para a proteção de novos equipamentos adquiridos pelo Core-RS. Item 3: a aquisição de 10 (dez) licenças Microsoft Office 2019 Standard, conforme condições, quantidades, especificações e exigências contidas neste Termo de Referência.

2. Descrição da necessidade

2.1. A aquisição de licenças e serviços de Tecnologia da Informação (TI) para 2024 tem a necessidade de atender às demandas específicas do Core-RS às quais abrangem a necessidade de manter o ambiente tecnológico, bem como os recursos nele disponibilizados em constante operação para a realização de atividades de atuação da entidade.

2.2. A contratação busca garantir a continuidade das operações, oferecendo proteção abrangente contra avarias, perdas, roubo, furto e outros riscos diversos. Assim como salvaguardar equipamentos de tecnologia da informação em casos de eventos adversos não previstos, reduzindo e mitigando os impactos financeiros resultantes de sinistros.

2.3. A contratação também busca atender a necessidade de ampliar a capacidade do ambiente de TI em resposta à abertura de concurso público, assegurando eficiência e disponibilidade de recursos para novas contratações e aquisições que ocorrerão de forma



a manter desde proteção contra ameaças virtuais até recursos administrativos de uso diário

3. Área requisitante

Informática

Júlia Perini

4. Necessidades do Negócio

4.1 Com a abertura do concurso público e com a aquisição de novos equipamentos ocorrida em 2023, faz-se necessário fortalecer e salvaguardar a infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) para garantir a continuidade eficiente de suas operações em 2024. Nesse processo destaca-se a preocupação em mitigar riscos inesperados, assegurando a resiliência do ambiente, não apenas protege contra avarias, perdas e roubos, mas também em oferecer uma resposta ágil em situações adversas, minimizando impactos financeiros e operacionais.

4.2. Também se destaca a necessidade de expandir o ambiente de TI. Essa medida visa não apenas proteger contra ameaças virtuais, mas também aprimorar recursos existentes, garantindo a segurança e a eficiência do parque tecnológico.

5. Necessidades Tecnológicas

5.1. A necessidade tecnológica visa garantir a continuidade operacional, segurança e expansão eficiente do ambiente de TI com a compreensão da importância de resguardar a infraestrutura, fortalecer a segurança cibernética do Core-RS, garantindo não apenas a segurança dos dados, programas e infraestrutura existentes, mas também preparando a expansão do ambiente tecnológico decorrente da abertura de concurso público e oferecer recursos de escritório para a execução eficiente das atividades cotidianas que contempla a ampliação de recursos necessária devido à introdução de novos equipamentos e pessoal, proporcionando ferramentas essenciais como Word, Excel, PowerPoint, Outlook, sharepoint e outros, fundamentais para a produtividade do Core-RS. Em conjunto, busca-se por uma infraestrutura de TI resiliente, segura e capaz de suportar o crescimento e as



demandas emergentes, ressaltando a importância estratégica da tecnologia para o sucesso contínuo das operações da entidade.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. A solução TIC elege requisitos essenciais para Core-RS e visa atender às demandas tecnológicas da entidade. No caso de proteção da infraestrutura elenca-se a necessidade de uma vigência contratual de, no mínimo, 12 meses, aliada a uma franquia não superior a 15% do valor dos equipamentos, visa-se cobertura abrangente e custos acessíveis, rapidez na entrega e a agilidade na indenização ou soluções em casos de sinistros, limitados a um prazo máximo de 30 dias, reforçam a importância da resiliência do ambiente de TI frente a eventos adversos.

6.2. No caso de ampliação do ambiente elenca-se Antivírus Corporativo, de 10 licenças do recurso já implementado e ainda em produção para inoperabilidade de ambiente, com vigência de 12 meses com administração eficaz por meio de um console administrativo em nuvem. Elenca-se também a necessidade de 10 licenças do Microsoft 365 Business Standard com vigência mínima de 12 meses, renováveis por igual período pela necessidade de ampliação de recursos para a execução das tarefas cotidianas da entidade. A compatibilidade com o ambiente existente e a disponibilização do console administrativo do Microsoft 365 são pontos cruciais para garantir a integração eficiente dessas ferramentas ao ambiente operacional do Core-RS.

6.3. Para além dos requisitos, destaca-se garantias e níveis de serviço essenciais para a escolha dessas soluções. Isso inclui a interoperabilidade e compatibilidade da solução, atualizações de software sem custos adicionais durante o período da licença e mitigação de falhas. Esses critérios são fundamentais para assegurar a eficácia, segurança e continuidade das operações tecnológicas do Core-RS, alinhando-se às melhores práticas de gestão e segurança da informação.

7. Estimativa das Quantidades a serem contratadas



Item	Descrição	Quantidade (unidade)
1	Seguro Equipamentos	Serviço
2	Licenças Antivírus	10
3	Licenças Office 365	10

8. Levantamento de Soluções

8.1. Após a realização do levantamento de necessidades dos usuários para manutenção do funcionamento dos recursos de informática do Core-RS, para o ano de 2024, com o objetivo de aprimorar e dar continuidade às suas atividades, foi identificada a demanda de aquisição de novas licenças, bem como a proteção de um ambiente novo implementado. Elencados todos os itens, foi realizada pesquisa das opções existentes no mercado de cada item, visando estimar os valores de referência e a opção mais vantajosa para a administração. No contexto estudado, elencou-se as seguintes possibilidades:

8.1.1. Quanto a proteção de Infraestrutura:

8.1.1.1. Solução 1: Manter Apenas a Garantia dos Equipamentos: Essa abordagem envolve confiar na garantia dos fabricantes dos equipamentos, garantindo a substituição ou reparo em caso de falhas mecânicas ou de fabricação. No entanto, essa solução não cobre danos acidentais, roubo, perda ou eventos imprevisíveis, deixando a infraestrutura vulnerável a diversas situações não contempladas pela garantia padrão.

8.1.1.2. Solução 2: Seguro de Equipamentos: Optar por um seguro de equipamentos oferece uma proteção mais abrangente, cobrindo não apenas falhas mecânicas, mas também danos acidentais, roubo e outros eventos imprevistos. Empresas especializadas podem gerir apólices de seguro para atender às necessidades específicas do Core-RS, proporcionando maior tranquilidade em relação à infraestrutura.

8.1.2. Quanto a proteção contra Ameaças Virtuais:

8.1.2.1. Solução 1: Manter o antivírus até a finalização de todas as licenças implementadas: Continuar com o antivírus já implementado significa manter a consistência na segurança da rede. De forma a não causar anomalias e inconsistências no ambiente, mantendo a proteção integral já existente.



8.1.2.2. Solução 2: Adquirir um Antivírus Distinto: Optar por um antivírus diferente pode trazer inconsistências no ambiente. A coexistência de dois antivírus no mesmo parque tecnológico pode causar conflitos, resultando em instabilidade do sistema e diminuição do desempenho. Além disso, a gestão de duas soluções pode aumentar a complexidade operacional e exigir mais recursos de TI.

8.1.3. Quanto ao aumento de Licenças Office 365:

8.1.3.1. Solução 1: Manter a Licença Ativa: Essa opção mantém a consistência na plataforma de produtividade. De forma a não causar falta de produtividade e recursos nas atividades dos usuários e na interoperabilidade das atividades dos diversos setores da entidade, mantendo a proteção integral já existente.

8.1.3.2. Solução 2: Implementar uma Solução Diversa, como LibreOffice: Recursos essenciais do Office 365, como o SharePoint, podem não ser replicados, impactando a colaboração e a gestão de documentos. A incompatibilidade de formatos de arquivo e a curva de aprendizado para os usuários também são fatores que foram considerados.

9. Análise Comparativa de Soluções

9.1. Análise da proteção de Infraestrutura:

9.1.1. Solução 1: Manter Apenas a Garantia dos Equipamentos: Prós: Simplicidade, custo inicial potencialmente mais baixo. Contras: Cobertura limitada, não abrange danos acidentais, roubo ou eventos imprevisíveis.

9.1.2. Solução 2: Seguro de Equipamentos: Prós: Cobertura abrangente, proteção contra diversos cenários. Contras: Custo adicional, necessidade de avaliar e selecionar uma apólice adequada.

9.2. Análise da proteção contra Ameaças Virtuais:

9.2.1. Solução 1: Manter o Antivírus: Prós: Continuidade na segurança, familiaridade para os usuários, ambiente homogêneo. Contras: Não identificado.

9.2.2. Solução 2: Adquirir um Antivírus Distinto: Prós: Novas camadas de segurança, possíveis recursos avançados. Contras: Possíveis conflitos entre antivírus, aumento da complexidade de gerenciamento, custos adicionais.



9.3. Análise do aumento de Licenças Office 365:

9.3.1. Solução 1: Manter a Licença Ativa: Prós: Continuidade na plataforma, familiaridade para os usuários ambiente homogêneo. Contras: Possível falta de recursos para atender a demanda crescente, custos adicionais conforme a escalabilidade.

9.3.2. Solução 2: Implementar uma Solução Diversa, como LibreOffice: Prós: Redução de custos iniciais. Contras: Incompatibilidade de recursos essenciais do Office 365, curva de aprendizado para os usuários, possível impacto na colaboração.

9.4. Considerações Gerais:

9.4.1. Custo: As soluções com custos adicionais, como seguro de equipamentos e aquisição de novas licenças ou antivírus, requerem uma avaliação cuidadosa do orçamento disponível.

9.4.2. Complexidade Operacional: Soluções que introduzem novas ferramentas ou sistemas podem aumentar a complexidade do ambiente, impactando na produtividade e disponibilidade de recursos.

9.4.3. Usabilidade: Considerar a familiaridade dos usuários com as soluções existentes e o impacto potencial nas operações diárias.

9.4.4. Sustentabilidade: Avaliar a escalabilidade e adaptabilidade das soluções para atender às necessidades do Core-RS, garantindo que as escolhas se alinhem com a visão de longo prazo da organização.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1. As seguintes opções foram consideradas inviáveis:

10.1.1. Manter Apenas a Garantia dos Equipamentos (Proteção de Infraestrutura): Esta opção é considerada inviável, pois oferece uma cobertura limitada, não abrangendo danos acidentais, roubo ou eventos imprevisíveis. A garantia dos equipamentos normalmente se concentra em falhas técnicas e defeitos de fabricação, não fornecendo a amplitude de proteção necessária para a infraestrutura do Core-RS.

10.1.2. Adquirir um Antivírus Distinto (Proteção contra Ameaças Virtuais): A aquisição de um antivírus distinto é considerada inviável devido aos potenciais conflitos entre



antivírus já existentes, aumento da complexidade de gerenciamento e custos adicionais. Ter dois antivírus diferentes no mesmo ambiente corporativo pode resultar em uma redundância desnecessária e problemas operacionais.

10.1.3. Implementar uma Solução Diversa ao Office 365: Essa opção é inviável devido à incompatibilidade de recursos essenciais do Office 365, além da curva de aprendizado para os usuários e possível impacto na colaboração. O LibreOffice, por exemplo, embora seja uma opção gratuita, pode não atender completamente às necessidades de colaboração e integração de recursos específicos do Office 365, como o SharePoint.

10.1.4. A inviabilidade dessas soluções está associada à inadequação em atender às demandas do Core-RS, à complexidade operacional, aos potenciais conflitos e à falta de alinhamento com os objetivos e necessidades específicas do Core-RS.

11. Análise Comparativa de Custos (TCO)

11.1. Após pesquisa de mercado a análise comparativa de custos para a aquisição dos insumos de informática evidenciam-se as seguintes considerações:

11.1.1. Análise Comparativa de Custos (TCO) para as Soluções Propostas:

11.1.1.1. Proteção de Infraestrutura:

11.1.1.1.1. Manter Apenas a Garantia dos Equipamentos: Custo Inicial: Relativamente baixo, envolvendo apenas a aquisição da garantia estendida; Custo Total de Propriedade (TCO): Baixo, mas limitado em termos de cobertura. Não abrange eventos imprevisíveis.

11.1.1.1.2. Seguro de Equipamentos: Custo Inicial: Moderado, envolvendo o pagamento do prêmio do seguro. Custo Total de Propriedade (TCO): Moderado a alto, considerando prêmios periódicos. Oferece uma cobertura mais abrangente.

11.1.1.2. Proteção contra Ameaças Virtuais:

11.1.1.2.1. Manter o Antivírus: Custo Inicial: Baixo, sem a necessidade de aquisição de uma nova solução. Custo Total de Propriedade (TCO): Moderado, considerando possíveis custos de renovação e manutenção.



11.1.1.2.2. Adquirir um Antivírus Distinto: Custo Inicial: Moderado a alto, dependendo da escolha da solução. Custo Total de Propriedade (TCO): Moderado a alto, considerando licenças adicionais e possíveis custos de integração.

11.1.1.3. Aumento de Licenças Office 365:

11.1.1.3.1. Manter a Mesma Licença Ativa: Custo Inicial: Baixo, sem a necessidade de adquirir novas licenças. Custo Total de Propriedade (TCO): Moderado, considerando custos de renovação.

11.1.1.3.2. Implementar uma Solução Diversa (LibreOffice): Custo Inicial: Baixo (gratuito). Custo Total de Propriedade (TCO): Baixo, mas com possíveis custos indiretos devido à falta de recursos avançados.

11.1.1.4. Considerações Finais:

11.1.1.4.1. A opção de manter o antivírus e a mesma licença do Office 365 oferece uma abordagem custo-efetiva, minimizando gastos adicionais. Adquirir soluções distintas pode aumentar o TCO devido a custos de integração, treinamento e possíveis conflitos. Avaliar as necessidades específicas do Core-RS e ponderar os benefícios de cada solução em relação aos custos é crucial para uma decisão.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1. Após uma análise detalhada, para a proteção de Infraestrutura, optou-se por adotar a solução de Seguro de Equipamentos. Esta escolha foi fundamentada na necessidade de uma cobertura abrangente, mitigando riscos associados a danos imprevistos, além de garantir uma rápida recuperação em caso de eventos adversos. O custo inicial moderado é justificado pela amplitude da proteção oferecida, incluindo falhas mecânicas, eventos climáticos e outros incidentes que podem comprometer os equipamentos críticos para as operações do Core-RS.

12.2. A decisão de manter o antivírus até 2025 foi baseada em considerações de custo e eficácia contínua. A solução atual demonstrou ser robusta em termos de detecção de ameaças, e a extensão do suporte até data de nova aquisição global, proporciona estabilidade e segurança, minimizando custos associados à aquisição e implementação



de um novo antivírus, garantindo a manutenção de padrões de segurança sem comprometer a eficiência operacional.

12.3. A decisão de ampliar a licença do Office 365 foi tomada considerando a eficácia atual e a suficiência dos recursos para as necessidades operacionais do Core-RS. Isso proporciona continuidade nas operações sem a necessidade de gastos adicionais significativos. As funcionalidades oferecidas pela licença atual atendem aos requisitos da organização, e a manutenção da consistência na infraestrutura de software contribui para a estabilidade e a produtividade do ambiente corporativo.

13. Estimativa Total da Contratação

13.1. O valor estimado é sigiloso, sendo divulgado após a etapa de lances.

14. Justificativa Técnica da escolha da solução

14.1. A escolha baseou-se em uma análise considerando aspectos técnicos, operacionais e financeiros. Cada decisão reflete uma abordagem estratégica para garantir a continuidade operacional, a segurança da infraestrutura e a eficiência financeira.

14.2. No que diz respeito à proteção de infraestrutura, a opção pelo seguro de equipamentos justifica-se pela abrangência da cobertura oferecida. Em ambientes corporativos e institucionais, onde a indisponibilidade de hardware pode resultar em prejuízos significativos à sociedade, a proteção contra danos físicos, falhas mecânicas e eventos climáticos é essencial. A escolha visa garantir a resiliência operacional, minimizando os impactos de eventos imprevistos na infraestrutura crítica do Core-RS.

14.3. Para a proteção contra ameaças virtuais, a decisão de manter o antivírus foi orientada por considerações técnicas e operacionais. A solução atual demonstrou eficácia na detecção e mitigação de ameaças, oferecendo um histórico de desempenho confiável. A extensão do suporte até 2025 garante a atualização contínua de definições de vírus e patches de segurança, mantendo um nível adequado de proteção sem a necessidade de interrupções operacionais associadas à migração para uma nova plataforma.

14.4. Quanto ao aumento de licenças do Office 365, a escolha de aumentar a licença ativa está ancorada na adequação das funcionalidades oferecidas às necessidades do Core-RS à novas contratações. A implementação de uma solução diversa poderia acarretar



problemas de integração e treinamento, além de potenciais incompatibilidades com fluxos de trabalho estabelecidos. A continuidade com a licença atual preserva a consistência na experiência do usuário e facilita a administração do ambiente de software.

14.5. Essas escolhas técnicas são respaldadas não apenas a eficácia técnica das soluções, mas também sua viabilidade operacional e impacto financeiro a longo prazo. O Core-RS visa otimizar a segurança e eficiência, alinhando-se às melhores práticas e garantindo a sustentabilidade de suas operações

15. Justificativa econômica da escolha da solução

15.1. A escolha das soluções no âmbito econômico foi guiada por análise dos custos totais de propriedade (TCO), visando maximizar a eficiência financeira do Core-RS.

15.2. No que se refere à proteção de infraestrutura, a opção pelo seguro de equipamentos apresenta vantagens econômicas significativas. Embora o pagamento de prêmios seja um custo inicial, a mitigação de riscos associados a danos físicos, falhas mecânicas e eventos climáticos extremos pode resultar em economias substanciais a longo prazo. Evitar gastos imprevistos na substituição de equipamentos danificados reduz custos não planejados, contribuindo para a previsibilidade financeira do Core-RS.

15.3. No contexto da proteção contra ameaças virtuais, a decisão de manter o antivírus atual está alinhada com uma estratégia econômica que considera que a renovação de licenças e suporte para a solução existente representa um investimento contínuo, porém, comparado com os custos associados à migração para uma nova plataforma, como treinamento, potenciais interrupções operacionais e adaptação de processos, a continuidade com a solução existente apresenta uma relação custo-benefício mais favorável.

15.4. No que tange ao aumento de licenças do Office 365, demonstra uma escolha alinhada com a eficiência econômica.

15.5. A implementação de uma solução diversa implicaria custos adicionais associados à transição, treinamento de usuários e possíveis incompatibilidades, o que pode superar os benefícios percebidos. Além disso, a consistência na experiência do usuário mantendo a licença atual contribui para a eficiência operacional.



15.6. As escolhas econômicas buscam equilibrar investimentos iniciais, custos operacionais e benefícios a longo prazo. A abordagem é pautada na garantia de que os recursos financeiros sejam alocados de maneira eficiente para sustentar as operações e promover o crescimento sustentável da organização.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1. Manter os bens de TI ativos e disponíveis, com ferramentas e recursos avançados, reduzindo o tempo de resposta às demandas internas;

16.2. Prover maior eficiência e qualidade nos serviços prestados pelo Core-RS;

16.3. Manter o parque tecnológico em funcionamento;

16.4. Atualizar os bens e equipamentos de TI necessários ao atendimento institucional da entidade, mantendo o parque tecnológico em nível adequado de recursos;

16.5. Mitigar possíveis riscos de indisponibilidade a prestação de serviços de TI, decorrentes de falta de insumos.

16.6. Fornecer um ambiente de alta disponibilidade.

17. Providências a serem adotadas

17.1. Não há.

18. Mapeamento de Riscos

Tabela de Risco – Risco 1

Risco 1	Não realização da licitação	
Danos e Impacto	Indisponibilidade de recurso devido a falta de recurso, exposição à sinistros de forma desprotegida e insegurança virtual;	
Ações	Responsável	Prazo
Planejamento de soluções de melhoria, aprovação de contratações e realização do processo licitatório	Equipe de planejamento da contratação; Alta gestão e Coordenação e Comissão de compras;	Durante o planejamento do ambiente de TI.



Tabela de Risco – Risco 2

Risco 2	Atraso no cumprimento das obrigações contratuais	
Danos e Impacto	Indisponibilidade de recursos de ambiente, vulnerabilidade à ameaças virtuais e à sinistros	
Ações	Responsável	Prazo
Estipular sanções administrativas para ocorrências de atraso	Equipe de planejamento da contratação e Comissão de compras;	Durante o planejamento da contratação.

Tabela de Risco – Risco 3

Risco 3	Não atendimento dos níveis de qualidade estipulada no edital	
Danos e Impacto	Possibilidade de indisponibilidade de recursos de ambiente ou má configuração, vulnerabilidade a ameaças virtuais ou ineficiente e vulnerabilidade à sinistros.	
Ações	Responsável	Prazo
Monitorar o cumprimento dos prazos de atendimento e nível de qualidade exigido	Equipe de gestão da contratação	Durante a execução do contrato

Matriz de Avaliação Qualitativa dos Riscos Identificados

Impacto/Probabilidade	Sem Impacto	Baixo	Médio	Alto
Baixa				Risco 1 e 2
Média				Risco 3
Alta				

19. Declaração de Viabilidade

19.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

19.2. Justificativa da Viabilidade:

19.2.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

20. Responsável

Júlia Perini – Setor de TI



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO					
RAZÃO SOCIAL:					
ENDEREÇO			UF:	CEP:	
TELEFONE					
EMAIL					
Item	Especificação	Catser	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Seguros para Equipamentos		Serviço		R\$
2	Licenças corporativas de antivírus em cloud		10	R\$	R\$
3	Licenças Microsoft 365 Business Standard		10	R\$	R\$

Declaramos que na proposta estão inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, tais como: transportes, encargos, tributos de qualquer natureza, despesas diretas ou indiretas, manutenção e tudo mais que estiver relacionado com o objeto da presente licitação, conforme especificações contidas no Termo de Referência e exigências editalícias.

Prazo de validade da proposta: **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da sua apresentação.

Local e data

Nome, função e assinatura do representante legal



ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS DE EQUIPAMENTOS QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – CORE-RS E XXXXX.

Pregão Eletrônico 90008/2024

CONTRATO Nº XXX/2024

O Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Rio Grande do Sul (Core-RS), doravante denominado CONTRATANTE, com sede na Av. José de Alencar, 1121 - Menino Deus - Porto Alegre – RS - Cep: 90.880-481, CNPJ/MF sob o nº 92.963.776/0001-25, neste ato representado pelo seu Diretor-Presidente Roberto Salvo, no uso de suas atribuições legais e, de outro lado, a empresa XXXXX com sede na xxxxx, CEP: xxxxx, xxxxx/xx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxx, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por xxxxx, documento de identificação nº xxxxx e CPF xxxxx pactuam o presente contrato em observância às disposições da Proposta Final, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 018/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico 90008/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de seguros de equipamentos de TI, por empresa especializada, de seguro total contra avarias, perda, roubo, furto e riscos diversos para equipamentos de TI do Core-RS, conforme condições, quantidades, especificações e exigências contidas neste Termo de Referência.

1.2. O contrato deverá ser executado com presteza e eficiência, evitado qualquer tipo de inconformidade que porventura possa prejudicar sua execução.

1.3. Serviços que compõe este objeto:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. A vigência terá início da a partir do __/__/____/ DD/MM/AAAA.

2.2. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, conforme preceituam os arts. 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021.



2.2. Poderá ser prorrogado por igual período o contrato conforme consta no art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros, quando for o caso.

3.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

3.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

3.7.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e o Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

3.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

3.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);



3.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

3.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

3.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

3.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

3.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

3.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

3.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

3.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

3.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo



agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

3.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

3.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

3.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

3.13. **Fiscalização**

3.13.1. A fiscalização, exercida no interesse exclusivo do Core-RS, não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade da Administração ou dos seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional apuradas na forma da legislação vigente.

3.13.2. O fiscal do contrato deverá monitorar o nível de qualidade dos serviços, evitando rescisão, e qualquer alteração contratual, devendo adotar medidas corretivas, ou ainda que viabilizem a aplicação de sanções se necessário, verificando se há viés de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida, no tocante de suas atribuições.

3.13.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de formulário e/ou outros instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:

- a) Os resultados alcançados em relação aos serviços, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e disponibilidade exigidas;
- c) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- d) Verificar o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e)
- e) Consultar a regularidade fiscal da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATUAL E DO PAGAMENTO.



5.1. O valor global do presente contrato é de R\$ xxxxx (xxxxx), incluindo todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

5.2. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada a partir da entrega do objeto.

5.3. Para fins de pagamento, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça o pagamento da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

5.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.



5.11. O pagamento será efetivado mediante depósito bancário ou boleto.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Após o transcurso de 12 meses, o contrato poderá sofrer reajuste, desde que solicitado pela contratada, sendo utilizado o índice acumulado do IPCA nos últimos 12 meses.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios.

7.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Elemento de Despesa: 6.2.2.1.1.01.04.04.023 - Seguro de Bens Móveis;
- II) Plano Interno: PGC 2024

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. As obrigações da contratante são as constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da contratada são as constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) Multa:

(1) Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 7 dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 14.2, de 15 % a 30% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 14.2, de 30% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 14.2, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 14.2, a multa será de 15% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 14.2, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato 14.2.

(7) Pela recusa em assinar o presente contrato, conforme item 14.2, multa de 20% sobre o valor do Contrato.

(8) Compensatória de 30 % (tinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;



a) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15(quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do



cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação de acordo com artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.



13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES



16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FISCAL DO CONTRATO

17.1. Para todos os termos da presente contratação, considera-se fiscal do contrato a funcionária Júlia Perini, do Setor de TI, especialmente designada, na forma prevista na Lei nº. 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. O foro competente será o da Seção Judiciária da Justiça Federal, na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer questão relativa ao presente Contrato, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato assinado pelas partes contratantes abaixo.

Porto Alegre, xx de xxxxx de 2024.

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: